

POLÍTICA ECONÔMICA

Sob pressão, equipe prepara desindexação

Técnicos do Ministério da Fazenda estudam medidas que serão adotadas agora em setembro, precedendo o fim dos índices que corrigem os diversos contratos no País

BEATRIZ ABREU



BRASÍLIA —

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, avança em setembro sobre novas medidas que vão preceder a desindexação da economia. Depois de enfrentar na Justiça as resistências à cobrança do IPMF e convencer governadores a renegociar dívidas com a União, a equipe econômica se prepara para atacar a caixa preta do Banco Central, a aceleração do programa de privatização e a reformulação dos bancos federais. São passos importantes, mas não suficientes para conter uma aceleração da inflação nos próximos meses ou mesmo as pressões políticas e as expectativas do mercado, que aguarda um "pacote" para os dias que antecederão a revisão constitucional.

Os técnicos da equipe admitem que, diante das pressões, passaram a discutir um problema concreto: o momento certo para o anúncio do novo programa econômico. Eles consideram que a cobrança do IPMF, a rolagem e a transparência das contas do BC e Tesouro e novas regras para a privatização são importantes para a estabilização, mas gostariam de ter melhores resultados do lado fiscal para avançar nas medidas de desindexação. "O bom seria que se pudesse resistir às pressões", dizem.

Discurso — Publicamente, o discurso da equipe econômica é no mesmo tom. A desindexação da economia será adotada, mas só no próximo ano. Na reunião da semana passada da Agenda Brasil, o secretário-executivo, Clóvis Carvalho, insistiu nessa tecla e citou os próximos passos, que tomam como referência a necessidade prévia do ajuste fiscal.

O presidente do BC, Pedro Malan, disse na sabatina no Senado, o que Cardoso repete desde que assumiu: "O Brasil é o único país do mundo que protege sua moeda com tantos índices. Existem 12 tipos diferentes de indexação e os mais diversos contratos", insistiu. "Precisamos enfrentar a combinação entre inflação inercial e expectativas futuras", completou, sem dar a pista do modelo de desindexação que será adotado.

A discussão das novas medidas ocorre diariamente no Ministério da Fazenda e, agora, se estenderá



Nelson Almeida/AE

Contra a inflação

O advogado Thomaz Felsberg entregou ao ministro da Fazenda abaixo-assinado com duas mil assinaturas

ao BC, depois que Cardoso completou sua equipe. Os assessores argumentam que a nova direção do BC precisa de tempo para "tomar pé da situação" e aí, sim, poder avançar na desindexação. As hipóteses de desindexação são muitas, mas existe "uma simpatia" pela adoção de uma âncora cambial. Um assessor contou que a equipe ainda convive com uma "certa dose de incerteza" sobre se a âncora é mesmo a melhor opção para o Brasil.

Paulada — A âncora cambial é o instrumento próprio para "dar uma paulada" na inflação, afirmam os técnicos. Mas a decisão de "segurar o câmbio" implica medidas paralelas, como o controle das importações e decisões sobre se o governo permitirá ou não a conversão do cruzeiro real para dólar. E se permitir, em que proporção.

Existem, ainda, problemas como a definição de qual o montante das reservas cambiais que o BC considera necessário para bancar a estabilidade do câmbio. "São muitas e muitas questões a ser resolvidas, antes da adoção do plano", dizem assessores. "Baixar a inflação não é difícil, difícil é mantê-la baixa", concluem.